



EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS

Antônia Conceição Pereira dos Santos¹

RESUMO

A visão humanizada do que são as necessidades educativas especiais, suas características e sua atenção educacional, tiveram um processo gradual e lento de compreensão e aceitação, uma vez que deve ser baseada nos conceitos que surgiram a partir das culturas que influenciaram o pensamento humano ocidental. Posto isso, este estudo bibliográfico tem a meta de detalhar a educação inclusiva, dando ênfase a concepções históricas e teóricas em prol de se compreender a atualidade dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais.

Palavras-chave: Educação Especial; Necessidades Educativas Especiais; Concepções Históricas.

RESUMEN

La visión humanizada de lo que son las necesidades educativas especiales, sus características y su atención educativa, tuvo un proceso gradual y lento de comprensión y aceptación, ya que debe basarse en los conceptos que surgieron de las culturas que influyeron en el pensamiento humano occidental. Dicho esto, este estudio bibliográfico tiene como objetivo detallar la educación inclusiva, enfatizando las concepciones históricas y teóricas para comprender la actualidad de los estudiantes con Necesidades Educativas Especiales.

Palabras clave: Educación Especial; Necesidades Educativas Especiales; Concepciones históricas.

ABSTRACT

The humanized view of what are the special educational needs, their characteristics and their educational attention, had a gradual and slow process of understanding and acceptance, since it should be based on the concepts that arose from the cultures that influenced Western human thought. That said, this bibliographic study aims to detail inclusive education, emphasizing historical and theoretical conceptions in order to understand the actuality of students with Special Educational Needs.

Keywords: Special Education; Special Educational Needs; Historical Conceptions.

INTRODUÇÃO

¹ Graduação em Pedagogia, Pósgraduada em Educação Infantil e séries iniciais; Pós-graduada em Educação de pessoas jovens e adultas.

E-mail: antoniaperson@gmail.com



Uma luta tem sido realizada por muitos séculos para reconhecer a importância do respeito aos direitos e deveres das pessoas com algum tipo de complexidade, pois como indivíduos integrais que são, também podem desenvolver suas habilidades e capacidades de ser parte ativa da sociedade em que vivem, sem ser menos digno disso porque eles têm uma deficiência ou requerem atenção às suas necessidades educacionais especiais.

A pesquisa contará, dentre outros, com a contribuição de Montessori (1936) e Pestalozzi (2012), que buscam trazer um olhar mais apurado acerca da problemática dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais.

Neste sentido, inicialmente, abordar-se-á de um breve histórico da educação para que possa ser destacada a importância de alguns teóricos no sentido de buscar um olhar inclusivo na educação.

Sendo assim, partindo da contribuição de teóricos renomados para dialogar acerca de uma reflexão sobre a diversidade humana, será dado destaque para a educação inclusiva com olhar especial para as concepções teóricas e históricas.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO

Nesta seção, apresentamos um breve histórico da educação no Brasil e no mundo, a partir de questões relevantes que nos farão refletir, posteriormente, sobre as intenções e raízes da ideia de educação inclusiva e finalmente da educação especial. Neste contexto, buscaremos autores para que possam dar suporte teórico a este trabalho de pesquisa. Desta forma, iniciaremos nossa abordagem a partir dos registros observados sobre o surgimento da escola nas sociedades mais complexas. Nos relata Ferrari (2008, p. 4) que “(...) tão antigo quanto a filosofia, o pensamento educacional se desdobra em várias correntes, mas suas raízes estão fincadas na Grécia antiga (...) antes mesmo de existirem escolas, a educação já era assunto de pensadores.

Um dos primeiros foi grego Sócrates (469-399 a.C), para quem os jovens deveriam ser ensinados a conhecer o mundo e a si mesmos. Para seu discípulo



Platão (427-347 a C). o conhecimento só poderia ser alcançado num plano ideal e nem todos estariam preparados para esse esforço Aristóteles, discípulo de Platão, inverteu as propriedades e defendeu o estudo das coisas reais como um meio de adquirir sabedoria e virtude. O maior sistema de ensino que ele preconizou era acessível a um número maior de pessoas”.

Desta forma percebemos os pontos cruciais que definem o caminhar da história da educação no mundo ocidental. E, assim, pontuamos alguns itens que entendemos ser de grande relevância para o atendimento do tema em questão.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO OCIDENTAL

No século XIV partiremos pontuando alguns teóricos, estudiosos que se tornaram importantes por suas ideias educacionais. Neste sentido, iniciaremos com alguns deles. Desta forma destacamos Martinho Lutero (1483-1546) quem nome do direito de todos de ler e interpretar a Bíblia pelo menos produzindo uma reforma global do sistema de ensino alemão, que inaugurou a escola moderna. Seus reflexos se estenderam pelo ocidente e chegam aos dias de hoje. A ideia da escola pública e para todos, organizada em três grandes ciclos (fundamental, médio e superior) e voltada para o saber útil, nasce do projeto educacional de Lutero” A distinção clara entre a esfera espiritual e as coisas do mundo propiciou um avanço para o conhecimento e o exercício funcional das coisas práticas”, diz o pastor Walter Mann, presidente da Igreja Evangélica de confissão Luterana no Brasil.

Já no século XVII, o grande nome racionalista no campo pedagógico foi o Tcheco Comênio (1592-1670), que previu um ensino que respeitasse a capacidade e o interesse do aluno sem serenidade.

Termina o século com o despontar do Liberalismo no pensamento de John Locke (1632-1704) convicto de que as ideias nascem da experiência e não são inatas no ser humano (FERRARI, 2008, p. 4).



Registra ainda Ferrari (2008), que os conceitos de liberdade, e privacidade são difundidos nos 100 anos seguintes até que se chega ao que chamam do “nome chave” dessa escola, o Suíço Rousseau (1632-1740) que entende a figura da criança como um ser em processo”.

Frobel (1782-1852), herdeiro da tendência naturalista de Rousseau projetou a Educação de menores de 8 anos. Em 1789, com a Revolução Francesa, continua Ferrari (2008), a ressaltar que (...) a escola tornou-se a instituição que garantiria alguma homogeneidade entre os cidadãos (...).

De acordo como referido autor, o pensamento do sociólogo francês Durkheim, tratando da materialização de uma consciência coletiva, a que tem apoio, aceita a ideia de que a criança na escola está num processo de desenvolvimento a ser respeitado e estimulado. Tal pensamento foi enfatizado, dentre outros, com o movimento da Escola Nova.

Sendo assim, neste momento, entendemos a importância de elucidar tal movimento trazendo à baila questões que apontarão o caminho percorrido por alguns teóricos para chegar à intenção da inclusão.

ESCOLA NOVA E A INTENÇÃO INCLUSIVA

A partir do movimento da Escola Nova na Europa, influenciado pelas ideias de Dewey, chega ao Brasil também este movimento liderado por Anísio Teixeira que tem apoio às suas ideias de Fernando Azevedo e Lourenço Filho. Chegam então aos bancos escolares brasileiros conceitos importantes como construtivismo de Piaget, a filosofia do conhecimento Montessori, dentre outros. Escreve-se o chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1934.

A Escola Nova deu impulso ao desenvolvimento de práticas didático pedagógicas ativas. Um de seus representantes é o norte-americano John Dewey (1859-1952), que pregou a democracia dentro da escola. O Movimento escolanovista representou também uma adequação educacional. Ao crescimento urbano e industrial. Um de seus pilares foi a identificação dos métodos



pedagógicos com a ciência. Inseriram-se na crença em uma "pedagogia científica" tanto Maria Montessori (1870-1952) como o belga Ovide Decroly (1871-1932).

Dentre os vários estudiosos e pensadores deste movimento, destacaremos Pestalozzi (1798) e Maria Montessori (1907). Sendo o primeiro, anterior ao mesmo, porém já trazendo muitas ideias preconizadas mais tarde pelo menos escolmo vista. Desta forma, serão destacadas um pouco dos renomados autores e a sua contribuição para escola nova.

A Contribuição de Pestalozzi (2008 p. 13):

Para Johann Heinrich Pestalozzi, educador suíço o lar era a melhor instituição para a educação e, em decorrência, a escola deveria ser não uma extensão do lar mas se inspirar no ambiente familiar para oferecer uma atmosfera de segurança e afeto, afim de possibilitar a formação humana, que deveria incluir a moral, a política e a religião. Ao privilegiar os aspetos psicológicos da Educação, ele também revolucionou a disciplina, baseando-a na cooperação entre os professores e alunos, enquanto impulsionava a formação de docentes, consequentemente, o educador não admitia e chegava até a condenar as punições, as recompensas e as correções. (PESTALOZZI, 1798, p. 12).

De acordo com o seu método, mestres e alunos permaneciam juntos o dia inteiro – entre às 8 horas recompensas e 17 horas. Nesse período, eles desenvolveriam as mais variadas atividades de maneira flexível. Além das aulas, refeições, banhos e brincadeiras, em duas tardes da semana, os alunos ainda deveriam fazer excursões ou ficar livres. Para facilitar esse trabalho, as crianças eram divididas por faixas etárias. A primeira ia até 8 anos, a segunda até 12 anos, e a terceira até os 18 anos (PESTALOZZI, 1798, p. 12).

A observação ou percepção sensorial seria a base da instrução. Desta forma, identificam-se algumas características, como a linguagem estaria sempre ligada ao objeto ao conteúdo; a prender não deveria ser um período de julgamentos nem críticas; para permitir ao aluno o domínio completo do conteúdo, deveria haver tempo suficiente para cada ponto do ensino; o ensino teria de focar o desenvolvimento e não a exposição dogmática; o mestre deveria respeitar a individualidade do aluno; o fim principal do ensino elementar não seria o de



ministrar conhecimentos, mas sim o de desenvolver e aumentar os poderes da inteligência infantil; o saber deveria corresponder ao poder e a aprendizagem a conquista de técnicas; a relação disciplinar entre professor e aluno teria de ser baseada e regulada pelo amor; e a instrução deveria estar subordinada ao fim mais elevado da Educação. Johann Heinrich (PESTALLOZI, 2008 p. 13).

As principais ideias de Pestalozzi, de certa forma, anteciparam as concepções do Movimento da Escola Nova, que só surgiu no fim do século XIX e início do século XX, ao afirmar que a função principal do ensino é levar as crianças a desenvolver suas habilidades naturais inatas. Assim, para Pestalozzi as suas ideias tinham como base a natureza espiritual e física da criança: seu desenvolvimento interno e formação espontânea, de acordo com as experiências vivenciadas por ela. (PESTALLOZI, 2008 p. 13).

Pestalozzi também defendia a Educação social e a escola popular, contra a anterior concepção individualista da educação. Para ele, a educação profissional teria que se subordinar a educação geral e a educação religiosa intima não confessional, deveria ter apenas o intuito de promover a educação moral (PESTALLOZI, 2008 p. 13).

Por acreditar que a Educação era o principal meio de reforma social, Pestalozzi ressaltava que a identificação do saber, no sentido literário da educação popular, tornava-se um mero formalismo sem qualquer resultado ou benefício real para as massas, pois as classes cultas se desenvolviam naturalmente com maior poder, o que lhes conferia grande indiferença pelas necessidades dos menos privilegiados (PESTALLOZI, 2008, p. 13).

A Contribuição de Montessori (1946, p. 450): A Dra. Maria Montessori nasceu em 31 de agosto de 1870, na cidade de Chiara Valle, na Província de Ancona, na Itália, em 1875, sua família se mudou para Roma, onde Montessori passou toda a infância. Em 1892, opondo-se tanto ao pai quanto as restrições de sua época, graças à autorização do Papa Leão XIII, tornou-se a primeira mulher Italiana a frequentar a faculdade de Medicina da Universidade de Roma. Concluiu o curso superior em 1896, com uma tese na área de psiquiatria.



Destaca - se as ideias de Montessori (1946), além de enfatizar os aspectos biológicos, seu sistema de ensino que tinha como princípios fundamentais a atividade, a individualidade e a liberdade, permeadas por estímulos externos determinados que, por sua vez, formariam o espírito da criança. Conseqüentemente, em sala de aula, os pequenos deveriam ficar livres para agir sobre os objetos sujeitos a sua ação, entre os quais conjuntos de jogos e outros materiais que a educadora criou.

Com tais objetos, que ainda hoje ocupam um papel de destaque na Educação Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental, as crianças individualmente seriam estimuladas a compreender as coisas em si mesmas, a partes de um impulso interior que se manifesta no trabalho espontâneo do intelecto. Quando esse mesmo trabalho ocorre de forma grupal, elas ainda aprendem a colaborar com o ambiente social.

A Casa de Bambini, criada em 1907 pela educadora, por exemplo, não dava só instruções, pois ela educava os pequenos para a vida, graças ao método ativo que trabalhava tanto atividades motoras quanto sensoriais (MONTESSORI, 1946, p. 25).

Em princípio, atuou na educação terapêutica, momento em que partiu das fases do desenvolvimento infantil, das diferenças individuais, do corpo e do Espírito do aluno, em um processo de adaptação à vida social. Após observar os defeitos das escolas comuns, ela experimentou com as crianças normais os procedimentos já usados com os deficientes.

Depois, por defender uma concepção global de educação, também ressaltou a importância da natureza para a criança. Por isso, as ciências ganharam um papel de destaque em seu método. Além de valorizar o silêncio, ela também salientou que o professor nunca deveria falar alto e a criança teria que aprender a se comunicar verbalmente somente no momento em que seu trabalho exigisse. Tal condição contribuiria tanto para a livre escolha das atividades por parte da criança quanto para a concentração exigida durante um trabalho formador e imaginativo (MONTESSORI, 1907, p. 25).



Em uma época em que a Itália já vivia o movimento da Educação Nova, a educadora criou um método que harmonizava a interação, a inteligência, a vontade, as forças corporais e espirituais da criança. (MONTESSORI, 1907, p. 25).

As principais concepções montessoriana, demonstram ter uma aplicabilidade universal. Neste caso, podemos dizer que demonstram ter uma aplicabilidade universal. Baseiam-se em uma necessidade vital da criança que é a de aprender a fazer, de acordo com suas próprias etapas de crescimento mental. Oferecem à criança uma grande espontaneidade, enquanto as capacitam a alcançar os mesmos níveis, ou até mesmos níveis superiores, de sucesso escolar que os alcançados nos outros sistemas.

Propõem a desenvolver atualidade da personalidade da criança e não somente suas capacidades de iniciativa, de deliberação, de escolhas independentes e com componentes emocionais. (MONTESSORI, 1946, p. 26).

Proporcionam, assim, uma excelente disciplina, que tem origem dentro da própria criança. Respeitam a personalidade da criança e concedem espaço para que ela cresça com independência biológica e grande margem de liberdade. Permitem ao professor tratar cada criança individualmente no seu próprio ritmo não desenvolvem o espírito de competição infantil e ainda proporcionam muitas oportunidades para ajuda mútua.

MONTESSORI E A ESCOLA INCLUSIVA

O Método da Educadora Italiana continua atual. Como registrado anteriormente e, embora seu auge no Brasil tenha ocorrido entre as décadas de 1960 e 1970, apesar de pequenas adaptações, muitas escolas particulares continuam proporcionando tanto a Educação a partir dele quanto a inclusão de crianças deficientes que são estimuladas, junto às demais, a desenvolverem a iniciativa e atividades diferentes de forma simultânea Montessori (1907) iniciou, um trabalho com crianças portadoras de necessidades especiais na clínica da própria universidade. Montessori observou crianças que brincavam nas ruas e resolveu



criar um espaço educacional para elas. A Casa de Bambini. Inaugurada em 6 de janeiro de 1907, se tornou o modelo oficial de todas as instituições montessorianas.

Em 1909, graças à publicação de "O método da Pedagogia Científica", seu trabalho ganhou projeção internacional. No momento em que muitas escolas públicas italianas e suíças passaram a adotar o seu método, ela abandonou a medicina para se dedicar exclusivamente à Educação em 6 de janeiro, 1907.

Em 1913, foi a vez dos Estados Unidos aderir o método montessoriano. Entre 1915 e 1916, a educação promoveu cursos de formação de professores em Los Angeles (EUA) e em Barcelona (Espanha) em 1919, em Londres, apresentou os materiais pedagógicos específicos para crianças entre 6 e 11 anos. Em 1922, foi nomeada inspetora das escolas italianas. Em 1924, conversou com Benito Mussolini e obteve suporte para as escolas montessorianas.

Porém, em 1931, por se recusar a apoiar o regime fascista, teve suas escolas fechadas pelo governo. Montessori, então, deixou a Itália e foi para a Espanha. Em 1936, devido Guerra Civil Espanhola, mudou-se para a Inglaterra. Em 1938, inaugurou na Holanda um centro para treinamentos de professores. Um ano depois, para fugir da guerra, Montessori e seu filho Mário foram para a Índia onde, Montessori conseguiu autorização para lecionar, mas seu filho italiano foi detido pelas autoridades, por ser considerado inimigo de guerra.

Terminando o conflito mundial, em 1946, ambos retornaram para a Holanda e, em seguida, dirigiram-se para a Inglaterra em 1949, ela publicou a obra *Absorvente* e em 1950, *A Formação da Humana e o Que você precisa saber sobre seu Filho*. Em 6 de maio de 1952, a educadora faleceu em Noordwijkaan Zee, Holanda, vítima de uma hemorragia cerebral, mas deixa um legado para todo o mundo moderno, um olhar sensível à inclusão.

Daí, o destaque dado nesta pesquisa a sua vida e obra.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA



A declaração dos direitos da criança aprovada pela Assembleia Geral das nações Unidas, em 21 de dezembro de 1959, assegura no seu princípio 7, o direito à educação, que deverá ser gratuita e obrigatória, ao menos no nível elementar.

Será por objetivos, além do desenvolvimento de suas facilidades, de seu juízo pessoal e do sentimento da responsabilidade moral e social, também o de conduzir a criança a uma participação útil na sociedade (1959).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, entre outros, o direito à vida. Esse direito visa que cada um busque a plenitude do seu existir, participando ativamente na construção da sua vida pessoal, tendo uma existência digna, feliz e de qualidade (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, o artigo 205 da nossa Constituição, consagra como direito de todos e dever do Estado e da família; assegurado como direito público subjetivo, no parágrafo 1 do artigo 208. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito. “Além disso, o artigo 208, inciso III, reassegura o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.” Por último, a Lei Federal 7853 (BRASIL, 1959):

Dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, definindo o preconceito como crime. Nesse sentido, nenhuma escola ou creche pode recusar, sem justa causa, o acesso do deficiente a instituição. A pena aos infratores é de uns quatro anos de prisão, além de multa (BRASIL, 1959).

Por esta razão, as mesmas oportunidades oferecidas pela sociedade aos alunos considerando como “normais” devem ser extensivas aos educandos especiais (BRASIL, 1959).

O grande objetivo da educação especial é possibilitar o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos com necessidades educativas especiais, facilitando seu processo de integração na família, na escola, na comunidade e na sociedade, e para tanto pautando-se contar com o auxílio de recursos



institucionais e metodologias específicas pautando-se sempre nos princípios Políticos - filosóficos da educação (BRASIL, 1959).

Neste contexto, destacamos que a criança possui características, interesses, habilidades e necessidades únicas e que, a escola precisa se adequar a ela. Devem acomodá-las independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham. Tais com condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares, que precisam reagir.

Neste caminhar histórico, depois da década de 1960, reaparecem modalidades de ensino instituído oficialmente, como a denominação de educação dos excepcionais: Podemos afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos, de 1854 a 1956 marcado por iniciativa de caráter privado: de 1957 a 1993 definidos por ações oficiais de âmbito nacional: a partir de 1993, caracterizados pelos movimentos em favor da inclusão escolar (MANTOAN, 1960).

Mazzota (2011) afirma que o marco no Brasil da educação especial foi em 12 de setembro de 1854 a primeira providência tomada por D. Pedro II, através do decreto 1.428, oportunidade, D. Pedro fundou o Imperial Instituto de Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos Mudos, na cidade do Rio de Janeiro. Em 17 de Maio, já no governo republicano, o chefe de Marechal Deodoro da Fonseca e o ministro dos correios Benjamim Constant Botelho de Magalhães, assinam o decreto n 408, dando outro nome ao Instituto, passando a chamar de Instituto Nacional dos Cegos. Somente mais tarde na data de 24 de janeiro de 1891, segundo o decreto 1.320, a escola passou a se chamar de Instituto Benjamim Constant homenageando seu ex-diretor.

A criação desses institutos teve uma repercussão valiosa para a conquista do atendimento dos deficientes, dando uma guinada para a conscientização e a discursão sobre a educação.

Após a Proclamação da República a educação especial começou a se expandir por todo o território nacional, mesmo que de forma lenta, porém trazendo benefícios também para a educação brasileira, afirma Mantoan (2011).



Na década de 1920, sob influências da Escola Nova, foram realizadas inúmeras reformas na educação brasileira. Nas décadas de 30 e 40 a educação especial continuou se expandido através das políticas públicas e das entidades assistencialistas de cunho privado. E segundo Mantoan (2011) vários foram os políticos, educadores e pais que se engajaram na luta pela educação de pessoas com deficiência, que buscavam a melhoria de condições educacionais para o Brasil.

Os pais de pessoas com deficiência ganham forças através de sua luta, buscando propostas que beneficiassem seus dependentes, destacamos os grupos de pais que fundaram mais de 1000 APAE em todo Brasil. (MANTOAN, 2011).

Já no período de final de 1980, o Brasil vai passar por uma mudança no que se refere à Sociedade Democrática, surge nesse cenário um novo olhar pelo movimento popular. Após o período da ditadura, há uma reorganização dos partidos políticos, buscando uma sociedade com participação nas decisões políticas, através de Comissões, de Fóruns e movimentos, tendendo a garantir, os direitos que conquistados pelos especiais de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades (MANTOAN, 1980).

Em nosso sistema educacional encontramos atualmente uma verdadeira integração não planejada ou uma inclusão incipiente. A integração não planejada se refere à presença de crianças com deficiência na sala comum, sem apoio especializado e sem planejamento. Isso ocorre por causa de escassez e baixa qualidade do atendimento especializado, bem como por carência de serviços de diagnósticos precoce, fazendo com que a escola regular se torne a única alternativa disponível.

Neste contexto, a escola tem buscado este novo olhar para que se faça da educação Inclusiva uma realidade. A educação especial no Brasil passa a ter um olhar diferenciado a partir de alguns dispositivos legais.

INSPIRAÇÃO LEGAL



De acordo com Brasil (1988, p. 24), havia sinalização para implementação, no nosso país, da educação inclusiva. Em seu artigo 208, III, de prescreve que 'o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

A Educação Especial garantida na constituição Federal é definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 infantil Nacional como modalidade de educação escolar que perpassa todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. É também compreendida como um conjunto de recursos e procedimentos específicos mediadores do processo ensino aprendizagem colocados à disposição dos que dela necessitam para que tenham acesso ao currículo, bem como orientações aos professores, que com eles atuam. Envolve necessariamente, o respeito às diferenças individuais e a adoção de modelos pedagógicos que atendam qualquer aluno, valorizando suas potencialidades e respeitando suas limitações. Marcos Políticos Legais da educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, (1988). Ainda, de acordo com o Decreto Federal n 3.956 de 8 de outubro de 2001, entende-se que Deficiência é a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social (Brasil, 2003, citado por Moraes, 2007, p. 24)

Segundo Carvalho (2004, p. 109):

Há que todo o cuidado com a construção de nossas narrativas em torno da escola inclusiva, evitando-se que as práticas de significação levem a conferir à escola o sentido de espaço físico, no qual devem ser introduzidos todos, para deles constarem (CARVALHO, 2004, p. 109).

E essa concepção de inclusão como algo que vai além da simples inserção no ambiente escolar pode ser percebida em nosso meio, é necessário que haja um trabalho em conjunto com todos, o que demonstra uma preocupação com a interação entre os alunos. Entretanto, a escola, muitas vezes, se torna um empecilho na promoção de atividades diferenciadas, assumindo uma postura



tradicional, sob a ótica da mudança, as ações da inclusão também devem ser ressignificadas como um conjunto de serviços e de recursos de apoio, orientados, para a educação regular, em benefício de todos os aprendizes.

Os desafios para as escolas regulares assumirem uma orientação inclusiva que consiga mediar, em suas culturas, políticas e práticas, não são pequenos, porém no geral, faz parte da cultura das escolas observar as dificuldades que se tem para combater a falta de sensibilidade ao incluir, sem se dar conta do que realmente está se fazendo (CARVALHO, 2004, p. 25).

Observa-se que a ideia social pessimista, baseado no conceito de que a realidade dos deficientes tidos como “ inválidos” e ‘incapazes e “ deficientes” e uma condição imutável, fez com que a sociedade se omitisse em relação a qualquer tipo de reação organizacional em prol de propor serviços que pudessem atender as necessidades específicas desses deficientes, (MAZZOTTA, 2011). O autor ainda diz que somente quando as crenças, valores, ideias, conhecimentos meios, materiais e políticos começam a se transformar, ai sim surge condições favoráveis, fazendo com que as pessoas inertes a essa realidade da deficiência se dá conta da grande necessidade de buscar condições que pudessem gerar mudanças significativas (BRASIL, 2009).

A autora Glat (2009), relata que essa diferença acaba sendo um processo de seleção, mesmo em uma sociedade tida como civilizada ou que parece ser, pode se observar que a mesma, ainda os recria, e essa exclusão no sentido de serem separados do meio social por não apresentarem os “padrões” tidos como normais, sendo excluídos também dos privilégios oferecidos pela sociedade. A autora continua ainda dizendo que com o passar dos tempos essa realidade tem a um novo rumo, forma-se um grupo que fisicamente consegue sobreviver, porém a exclusão não os deixa sobreviver dentro da sociedade (GLAT, 2009, p .27)

A análise do contexto histórico da educação especial, favorece nossa compreensão dos modelos que envolvem os conceitos e preconceitos referentes às concepções de inclusão, estruturando novos paradigmas a parte de uma realidade em busca de uma sociedade mais justa e solidária. A investigação dos



fatos também permite definir os caminhos que podem ser trilhados na educação com o intuito de estabelecer uma visão não fragmentada da realidade humana, tendo como desafio um ensino holístico e, de fato, democrático. Há de se ter em mente que não fosse este engajamento de todos não chegaríamos aonde chegamos, A Lei existe e está para garantir tal direito aos que necessitam no que se refere aos direitos educacionais, de maneira especial os inclusivos (GLAT, 2009, p. 27)

A análise do contexto histórico da educação especial favorece nossa compreensão dos modelos que envolvem os conceitos e preconceitos referentes às concepções de inclusão, estruturando novos paradigmas a parte de uma realidade em busca de uma sociedade mais justa e solidária. A investigação dos fatos também permite definir os caminhos que podem ser trilhados na educação com o intuito de estabelecer uma visão não fragmentada da realidade humana, tendo como desafio um ensino holístico e, de fato, democrático. Há de se ter em mente que não fosse este engajamento de todos não chegaríamos aonde chegamos, A Lei existe e está para garantir tal direito aos que necessitam no que se refere aos direitos educacionais, de maneira especial os inclusivos (GLAT, 2009, p. 27).

Ainda na ótica inclusiva, esclarecemos pontos cruciais para um melhor entendimento do que vemos hoje como proposta na Educação Especial trazendo as possibilidades de trato específico aos que dela necessitam em nossos bancos escolares. Desta forma ressaltamos alguns pontos enfatizados na literatura de (CARVALHO, 2004, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor de Educação Especial deve reconhecer em seu trabalho profissional a criação da nova realidade educacional do século XXI, por isso deve se apegar aos seus ideais, à sua capacidade de traduzi-los em sua interação com o ambiente social e sua crença na capacidade do ser humano de superar.



É claro que o processo em si é trabalhoso, pois além de aumentar o número de alunos com necessidades educativas especiais na educação regular, há um impacto iminente nos aspectos administrativos de cada centro educacional, nos recursos que devem estar disponíveis (humano, econômico, infraestrutura, curricular etc.).

Assim, o presente trabalho de pesquisa partiu da necessidade de aprofundar o tema a partir da história da Educação, passando pela ideia de inclusão e educação especial. Todos esses assuntos podem ser direcionados aos estudantes matriculados em classes regulares que apresentam comportamentos diferentes dos demais e tempo de aprendizagem distinto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEC. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro

de 1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília/DF. Diário Oficial da União, n. 248, de 23 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 2000

BRASIL – **Lei 7.853** – 1959.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004

GLAT, R., Pletsch, M. D., & Fontes, R. de S. Panorama da Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro. **Educação & Realidade**, 34(1), 2009, p.123-136

MONTESSORI, M. **A criança**. Editora Nórdica, 1936.

MONTESSORI, M. **Mente Absorvente**. Editora Nórdica, 1949.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. 6ªed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PESTALOZZI, J. H. **Cartas sobre educación infantil**. 3. ed. Tradução de José María Quintana Cabanas. Madrid, España: Editorial Tecnos S. A, 2012 [1818-1819]. 146 p.